

[DECRETO Nº 8.101 DE 06/09/2013 - DOU 09/09/2013](#)

Promulga a Resolução nº 1.105, de 30 de novembro de 2004, que aprova a Constituição da Organização Internacional para as Migrações - OIM e o ingresso da República Federativa do Brasil na OIM.

[DECRETO Nº 8.102 DE 06/09/2013 - DOU 09/09/2013](#)

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Turismo, e dá outras providências.

[DECRETO Nº 8.103 DE 06/09/2013 - DOU 09/09/2013](#)

Altera o Decreto nº 5.667, de 10 de janeiro de 2006, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.

[DECRETO Nº 8.104 DE 06/09/2013 - DOU 09/09/2013](#)

Altera o Decreto nº 6.812, de 3 de abril de 2009, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

[DECRETO Nº 8.105 DE 06/09/2013 - DOU 09/09/2013](#)

Altera o Decreto nº 4.780, de 15 de julho de 2003, que aprova o Regulamento da Reserva da Marinha.

[DECRETO Nº 8.106 DE 06/09/2013 - DOU 09/09/2013](#)

Altera o Anexo I ao Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, para atualizar o Quadro de Equivalência em DAS-Unitário.

[DECRETO Nº 8.107 DE 06/09/2013 - DOU 09/09/2013](#)

Regulamenta a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infraestrutura e o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infraestrutura Sênior.

[PORTARIA MPS Nº 394 DE 06/09/2013 - DOU 09/09/2013](#)

Estabelece para o mês de setembro de 2013, os fatores de atualização.

Nos próximos dias, os assinantes *Juris Plenum Ouro* receberão o DVD nº 33.

Recomenda-se instalar a nova edição.

O passo a passo da instalação encontra-se no invólucro.

Recomenda-se também a cópia para o HD para maior rapidez na navegação e nas pesquisas efetuadas.

Justiça condena acusado de matar ex-mulher a ressarcir Previdência

A Justiça Federal em Brasília decidiu condenar um homem acusado de assassinar a ex-mulher a ressarcir a Previdência Social pelas despesas pagas com pensão por morte concedida ao filho da vítima. Este é o primeiro caso no Distrito Federal de um agressor que é obrigado a fazer o ressarcimento. Cabe recurso contra a decisão, assinada no dia 23 de agosto.

A ação foi movida pela Advocacia-Geral da União (AGU), que cobrou de Arismar Brito Rodrigues, réu confesso do homicídio, os valores que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) gasta com a pensão concedida ao filho da vítima. Os procuradores alegaram que a Previdência e a sociedade não podem arcar com o ônus econômico causado por quem comete atos ilícitos.

Na decisão, o juiz da 3ª Vara Federal do Distrito Federal, Bruno César Bandeira, concordou com os argumentos apresentados e entendeu que a Previdência não pode arcar com o pagamento da pensão neste caso de violência doméstica. O magistrado determinou que o réu é obrigado a custear a pensão mensal de R\$ 645, até 2030, quando o filho da ex-mulher dele completará 21 anos, além de ressarcir as quantias que já foram pagas pela Previdência. O valor de todas as parcelas chega a R\$ 156 mil. No entanto, o juiz não afirmou como o pagamento será feito, uma vez que o réu terá que cumprir a pena.

“O INSS e a coletividade não podem arcar com o custo da pensão por morte. Isso porque se o réu não tivesse cometido ato ilícito, não haveria a necessidade de concessão do benefício, além do que a Previdência Social não tem a finalidade de abarcar quaisquer contingências provenientes de ilegalidade, ainda que a lei não exclua casos de ilicitude de sua cobertura”, afirmou o juiz na decisão.

A militante feminista Maria Amélia de Almeida, integrante da União de Mulheres de São Paulo, avaliou com cautela a decisão. Ela disse à Agência Brasil que, por se tratar do primeiro processo, é cedo para avaliar os efeitos da decisão no combate à violência contra a mulher. Segundo a militante, além de fazer a cobrança financeira dos agressores, o Estado deve elaborar políticas públicas eficientes para combater às agressões. “Às vezes seria melhor impor ao agressor ter que contribuir com verba para um fundo para Lei Maria da Penha, por exemplo. É muito cedo para avaliar. É uma decisão importante, mas o Estado não pode se omitir. Deve garantir a segurança.”

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br>

[Exame de Ordem: dilemas e desafios](#)

Dra. Gisele Leite

[Índice de Doutrina/Comentário publicados](#)

STF

[Liminar suspende prisão de Wagner Canhedo](#)

[Ministro aplica decisão da ADI 4424 e mantém ação penal contra acusado de agressão doméstica](#)

[Negada liminar em ação sobre danos ambientais de mineradoras](#)

STJ

[Corte Especial recebe mais uma denúncia contra conselheiro do TCE-MT](#)

[Empresas pagarão dano moral coletivo por armazenamento inadequado de amianto](#)

[Light deve indenizar morte provocada por cabo elétrico rompido por disparo de fuzil](#)

TST e TRTs

[TST - Acordo mais vantajoso para ferroviário libera CPTM de pagar adicional noturno após 5h](#)

[TST - Atividade de confeitiro gerou indenização por dano moral a sergipano que contraiu sinusite](#)

[TST - Coelba terá de indenizar trabalhadora em R\\$ 50 mil por falsa imputação de crime](#)

[TST - Filhos de frentista morto em assalto não conseguem aumentar valor de indenização](#)

[TST - JT nega a sindicato adicional de insalubridade para padeiro](#)

[TST - Professora demitida receberá diferença salarial por hora-aula não ministrada](#)

[TST - Sétima Turma nega vínculo empregatício de vendedora de seguros do Bradesco](#)

[TST - Trabalhadores contaminados por benzeno têm direitos reconhecidos](#)

[TST - Turma afasta pena de confissão ficta e determina retorno de processo à vara de origem](#)

[TST - Turma condena frigorífico por recusar candidata obesa em processo seletivo](#)

[TST - Turma decide que responsabilidade de abatedouros por acidentes é objetiva](#)

TRFs

[TRF1 - Anatel apreende equipamento de radiodifusão irregular e Tribunal ratifica o ato](#)

[TRF1 - Confirmada sentença que recebeu denúncia contra prática de crime de moeda falsa](#)

[TRF1 - Tribunal mantém validade de acordo firmado entre concessionárias para uso de infraestrutura elétrica](#)

[TRF4 - Tribunal dá prazo de 90 dias para que SUS realize cirurgia de mudança de sexo em transexual catarinense](#)

[TRF5 - Justiça Federal na Paraíba condena advogada a mais de 20 anos de prisão](#)

Tribunais Estaduais

[TJCE - 3ª Turma Recursal condena Telemar a pagar indenização de R\\$ 3 mil por cobrança indevida](#)

[TJCE - Acusado de estuprar e roubar em Santana do Acaraú é condenado a mais de 14 anos de prisão](#)

[TJCE - Bradesco deve indenizar universitário que teve nome inscrito ilegalmente no SPC](#)

[TJCE - Cassi deve fornecer medicamento para paciente com câncer de próstata](#)

[TJCE - Município de Bela Cruz é responsabilizado por morte de jovem vítima de descarga elétrica](#)

[TJDFT - Estado deve fornecer cadeira de rodas motorizada a mulher paraplégica](#)

[TJDFT - Plano de Saúde não pode substituir medicação específica por genérica](#)

[TJDFT - Supermercado terá que indenizar consumidora acusada de furto](#)

[TJES - Juíza garante direito à manifestação na Rodovia do Sol](#)

[TJGO - Juíza condena ex-militar a mais de 7 anos de prisão](#)

[TJGO - Mantido arrendamento de massa falida de usina em Itapuranga](#)

[TJGO - Prêmio é de quem fez compras, não daquele que preencheu bilhete](#)

[TJGO - Por falta de provas, homem não recebe comissão por venda de faculdade](#)

[TJGO - Tribunal nega HC a acusado de fazer arrastões em restaurantes e bares de Goiânia](#)

[TJGO - Tribunal nega HC a motorista embriagado e sem habilitação](#)

[TJMA - Acusado de homicídio é absolvido em júri](#)

[TJMA - Tribunal do Júri condena acusado de homicídio em Senador La Rocque](#)

[TJMG - Família indenizada: incêndio em caminhão de mudança](#)

[TJMS - Júri condena acusado de homicídio a mais de 17 anos de prisão](#)

[TJMT - Estado tem 4 meses para iniciar obras](#)

[TJMT - Porto Estrela tem que construir estação de esgoto](#)

[TJRO - Justiça determina que promotores devolvam dinheiro ao MP](#)

[TJSC - Dano moral por viagem cancelada a Buenos Aires depois de 20 horas de atraso](#)

[TJSC - Pai que matou a esposa perde o direito de guarda e visita à filha](#)

[TJSC - Pais não devem pagar por resistência do filho rebelde a tratamento](#)

[TJSC - Sigilo é justificado em casos de crimes de quadrilhas de crimes violentos](#)

[TJSP - Condenado por tráfico tinha 42 kg de maconha em quarto e disse que não sabia](#)

[TJSP - Empresa aérea condenada por antecipar horário do voo sem comunicar aos passageiros](#)

[TJSP - Instituição de ensino terá de indenizar formanda por queda em arquibancada](#)

[TJSP - Integrantes da mesma família são condenados por tráfico de drogas](#)

[TJSP - Tribunal determina restrição a vídeos no YouTube](#)

[TJSP - Tribunal do Júri de Itapeccerica da Serra condena PM acusado de integrar grupo de extermínio](#)

[TJSP - Tribunal mantém condenação de empresários por fraude em licitação](#)

Demais Órgãos

[MPF/BA - Ministério Público Federal aciona Creci por contratação irregular de funcionários](#)

[MPF/BA - Ministério Público Federal é a favor do registro profissional de participantes do Programa Mais Médicos](#)

[MPF/CE - Ministério Público Federal obtém condenação de ex-prefeito acusado de compra de votos](#)

[MPF/CE - Ministério Público Federal recomenda que CEF devolva valores arrecadados com prática de venda casada](#)

[MPF/MG - Justiça Federal decreta prisão de ex-prefeito de Coração de Jesus](#)

[MPF/PI - Ministério Público Federal obtém condenação de ex-prefeito e ex-tesoureiro de José de Freitas por improbidade](#)

[MPF/RJ - Ministério Público Federal denuncia acusado de danificar peças do órgão da Antiga Sé](#)

As notícias publicadas neste boletim são oriundas dos sites oficiais dos tribunais.